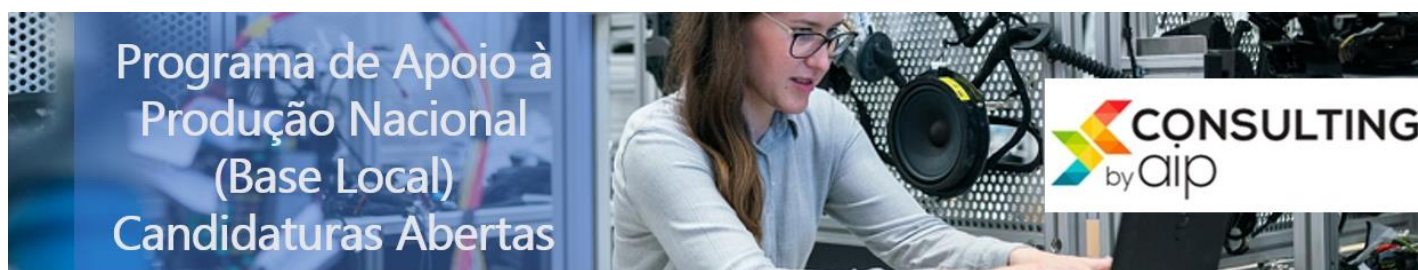


- 1. Carris vai investir 216 milhões nos próximos 4 anos.** A Carris vai canalizar quase 157 milhões do investimento até 2024 para a aquisição de novos autocarros e elétricos, prevendo a necessidade de recurso a crédito bancário. A Carris prevê investir 215,7 milhões de euros entre 2021 e 2024, destinando 73% desse montante (156,8 milhões) à aquisição de novos autocarros e elétricos, adianta a empresa no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para este ano. Só para 2021 estão previstos investimentos de 53,5 milhões de euros, dos quais 32,8 milhões para a frota. (...) Com a perda de passageiros, a empresa registou uma queda de mais de 18 milhões de euros na receita tarifária no ano passado, que se terá fixado em 88 milhões. Para 2021 espera uma recuperação para 104 milhões.(págs. 16 e 17)
- 2. Amorim erradica o mofo TCA e derrota os inimigos da cortiça.** A maior corticeira do mundo garante que tem agora novas tecnologias que permitem eliminar, em todas as suas rolhas, o cheiro e sabor a mofo no vinho, o inimigo maior que chegou a ameaçar a sobrevivência de uma indústria em que Portugal é líder mundial. António Rios Amorim promete “ganhos de quota”. (...) O golpe final no TCA foi anunciado pelo presidente da Corticeira Amorim em janeiro do ano passado, aquando do evento comemorativo dos 150 anos do grupo. “Vamos finalmente erradicar o problema. No final do ano queremos dar essa garantia ao mercado”, prometeu. E cumpriu. Esta terça-feira, 19 de janeiro, com honras de publicação na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a Corticeira Amorim anunciou o lançamento da Naturity e da Xpür, “tecnologias desenvolvidas para remover o TCA detetável das rolhas naturais e criar um novo segmento de rolhas microaglomeradas”, respetivamente. (...) De salientar que, apesar do ano pandémico, que pôs fim a mais de uma década de crescimento, as vendas da Corticeira Amorim registaram um recuo homólogo de apenas 5,2% até setembro passado, para 571,4 milhões de euros, tendo obtido neste período lucros de 48,5 milhões de euros. (pág. 18)
- 3. Efapel da Lousã “pedala” subida de 6% na pandemia.** A Efapel completou o ano de 2020 com um crescimento homólogo de 6% do volume de negócios, num total de 43,3



milhões de euros, depois de ter chegado ao final do primeiro semestre com uma quebra equivalente, em termos percentuais, devido ao surgimento da pandemia de covid-19. (...) Apesar destas contrariedades, a Efapel, que emprega 400 pessoas, não aderiu ao lay-off simplificado. Na primeira fase porque “entendia que o país não suportaria tais custos por muito tempo” e, “no momento seguinte, [porque] alguma retoma da construção civil permitiu gerir a situação” sem recorrer à medida. Outro impacto do coronavírus foi o adiamento do lançamento de novos produtos previstos para o ano passado. Ainda assim, sem quantificar, o gestor garante a continuidade dos investimentos em curso, “sobretudo em instalações e equipamentos produtivos e em novos produtos e no modelo operativo da empresa”. (...) O líder da Efapel apela ao Governo para que adote medidas que proporcionem às empresas nacionais melhores condições de competitividade, pelo maior apoio às exportações, à semelhança do que está a ocorrer noutros países. Américo Duarte sugere ainda que devam ser “condicionadas e taxadas importações oriundas de países que não cumprem regras e condições de trabalho semelhantes às praticadas na Europa”. (pág. 19)



- 4. 750 empresas desistiram da segunda tranche do incentivo à normalização para irem para o novo lay-off.** Ao ECO, o IEFP adianta que 750 empresas desistiram da segunda tranche do incentivo à normalização para poderem passar para o apoio à retoma progressiva, o sucedâneo do lay-off simplificado. (...) De acordo com as regras iniciais, um empregador que quisesse transitar entre estes regimes, tinha sempre de devolver o apoio financeiro já recebido, mas o Governo acabou por abrir uma exceção. Assim, os empregadores que pediram o incentivo à normalização até 31 de outubro puderam, a título excepcional, passar para o apoio à retoma progressiva, sem terem de devolver as ajudas já recebidas. Isto até 31 de dezembro de 2020. Essa flexibilização dos regimes trouxe, contudo, uma outra condição: os empregadores tiveram de abdicar da segunda tranche do incentivo à normalização, regime que, na modalidade de dois salários mínimos por posto de trabalho, previa o pagamento do apoio em dois momentos (dez dias úteis após aprovação do pedido e 180 dias após o último dia de aplicação do lay-

CERTIFICADOS DE ORIGEM

JÁ DISPONÍVEL OPÇÃO DE PEDIDO ONLINE

• [Aceda aqui ao formulário](#)



As empresas associadas beneficiam de desconto que pode ir até 60%

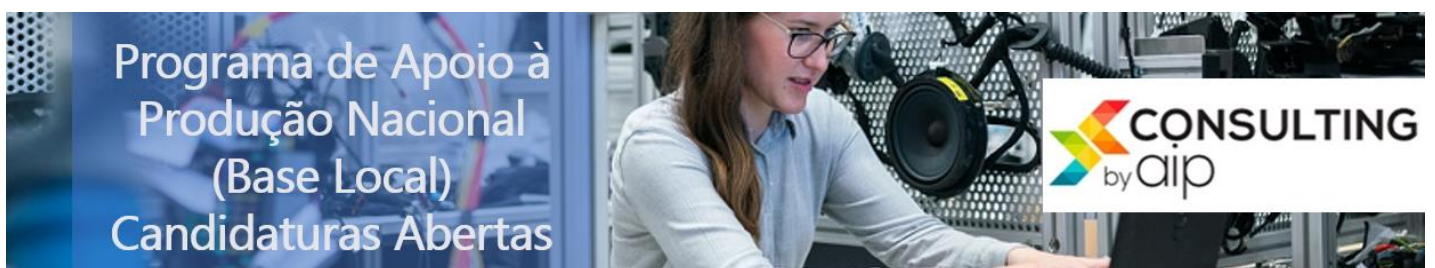
off simplificado). (...) De acordo com os dados divulgados em novembro pelo Ministério do Trabalho, 45 mil empresas pediram o incentivo à normalização, em 2020, a maioria na modalidade de dois salários mínimos por trabalhador. Nessa altura, só 14 mil empresas estavam no apoio à retoma progressiva.

<https://eco.sapo.pt/2021/01/20/750-empresas-desistiram-da-segunda-tranche-do-incentivo-a-normalizacao-para-irem-para-o-novo-lay-off/>

5. **Bancos vão apertar critérios de concessão de crédito às empresas.** As PME e os empréstimos de longo prazo serão os mais afetados por esta medida, avança o Banco de Portugal. (...) No trimestre passado, verificaram-se já “condições mais restritivas no que respeita a garantias exigidas e, em menor grau, a comissões e outros encargos e ao montante dos empréstimos”. Porém, durante esse período, ocorreu uma “ligeira redução dos spreads aplicados nos empréstimos de risco médio a PME”, algo que não se deve aguardar nos primeiros três meses de 2021. (...) A avaliação referente ao quarto trimestre de 2020, por comparação com o anterior, regista ainda a existência de uma “ligeira diminuição, sobretudo nas grandes empresas”, no que concerne a procura de empréstimos por parte de entidades empresariais. Nestes primeiros três meses de 2021, os bancos antecipam que procura fique estável.

<https://eco.sapo.pt/2021/01/19/bancos-vaio-apertar-criterios-de-concessao-de-credito-as-empresas/>

6. **Programa Eureka-Eurostars: última cut-off para financiamento de projectos I&D Internacionais, liderados por PME.** Decorre até 4 de Fevereiro, a última convocatória do Eurostars 2, uma iniciativa conjunta entre a Rede Eureka e a Comissão, que visa estimular as PME a liderarem projectos de I&D internacionais. O Eurostars é um programa conjunto entre a iniciativa Eureka e a Comissão Europeia que visa apoiar projectos internacionais inovadores, liderados por pequenas e médias empresas (PME) que desenvolvam actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), subjacentes à criação de novos produtos, processos e serviços inovadores, rapidamente comercializáveis, que ajudem a melhorar o dia a dia das pessoas em todo o mundo. (...) Esta convocatória, em linha com os objectivos gerais do programa, pretenderá apoiar



projectos internacionais (que envolvam parceiros de pelo menos dois países da rede Eureka) enquadrados em qualquer área tecnológica, desde que apresentem um propósito civil. (...) O apoio a conceder a cada projecto, sob a forma de incentivo não reembolsável (fundo perdido), poderá atingir, no caso de uma PME, uma taxa de 80% ao total das despesas elegíveis. Esta cut-off, que decorrerá até dia 4 de Fevereiro de 2021, dispõe de uma dotação financeira nacional de Euro 500.000, sendo o limite máximo de incentivo a atribuir a projectos com participação nacional Euro 250.000 euros (salvo quando a participação de empresas portuguesas corresponda a mais de 50% do orçamento global do projecto, onde o limite máximo poderá, desta forma, assumir valores superiores).

<https://eco.sapo.pt/opiniao/programa-eureka-eurostars-ultima-cut-off-para-financiamento-de-projectos-id-internacionais-liderados-por-pme/>

OBSERVADOR

- 7. CMVM alerta para choque de insolvências nas empresas em caso de recuperação lenta.** O regulador salienta para um possível "choque de insolvências" caso haja uma recuperação lenta à crise provocada pela pandemia de Covid-19 e que Portugal é um dos casos "mais preocupantes". (...) "O risco de um choque de insolvência aumentará de modo relevante se existir uma recuperação lenta, a retirada de algumas das medidas tomadas para lidar com os riscos de liquidez e o fim da moratória sobre o reembolso das dívidas sociais e fiscais", pode ler-se no capítulo dedicado aos riscos de crédito das empresas do relatório divulgado. Assim, defende o regulador do mercado que ganham "criticidade os apoios à economia real e à recapitalização de empresas em 2021, que possam permitir transições tão suaves quanto possível para o fim de moratórias". (...) "O término ou a suspensão de garantias estatais poderão conduzir a condições de crédito mais apertadas para as empresas não financeiras, sobretudo pequenas e médias empresas (PME)", alerta a CMVM, referindo que 14% dos empréstimos a empresas desse segmento na zona euro estavam abrangidas por apoios estatais. Em qualquer caso, "é de antecipar um aumento do número de insolvências em 2021, mesmo que a retoma económica se concretize", prevê a CMVM. (...) No entanto, o regulador alerta que "as vulnerabilidades das empresas não financeiras foram ultrapassadas com recurso

CERTIFICADOS DE ORIGEM

JÁ DISPONÍVEL OPÇÃO DE PEDIDO ONLINE

• [Aceda aqui ao formulário](#)



As empresas associadas beneficiam de desconto que pode ir até 60%

a maior endividamento, o que condicionará a sua capacidade de endividamento e de investimento num futuro próximo”.

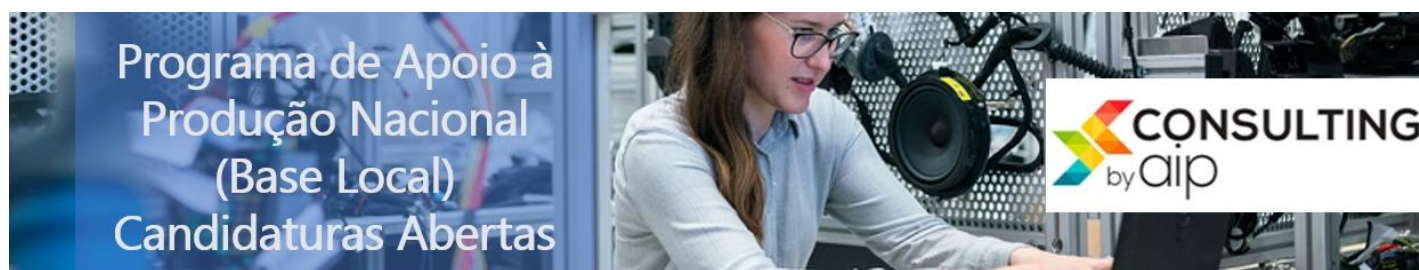
<https://observador.pt/2021/01/19/cmvm-alerta-para-choque-de-insolvencias-nas-empresas-em-caso-de-recuperacao-lenta/>



8. **Mercadorias nos portos caíram 6,4% até novembro para 75 milhões de toneladas.** Os portos do continente movimentaram, entre janeiro e novembro do ano passado, menos 6,4% mercadorias, em termos homólogos, num total de 75 milhões de toneladas, adiantou a Autoridade da Mobilidade dos Transportes (AMT). Por outro lado, "considerando apenas o mês de novembro isolado, verifica-se uma recuperação das variações homólogas positivas, registando um acréscimo de 0,2% comparativamente a novembro de 2019", destacou a entidade. (...) No segmento de contentores, nos 11 meses, registou-se um "volume de cerca 2,57 milhões de TEU , ultrapassando em +1,2% o volume acumulado no período homólogo de 2019, situação que se verifica pela primeira vez no corrente ano", de acordo com o mesmo comunicado.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/mercadorias-nos-portos-cairam-64-ate-novembro-para-75-milhoes-de-toneladas-13252362.html>

9. **Marcelo Nico, o argentino que vai liderar a Tabaqueira.** Miguel Matos, até agora diretor-geral do braço português da Philip Morris, vai liderar os mercados do Benelux e deixa a cadeira ao argentino que troca África do Sul e região do Índico por Portugal. (...) Fundada em 1927 e desde 1997 subsidiária da Philip Morris International em Portugal, a Tabaqueira é uma das dez maiores exportadoras nacionais, tendo arrancado há cinco anos a comercialização de IQOS no país - uma inovadora forma de consumo de tabaco, sem combustão, menos nociva do que continuar a fumar cigarros e que conta já com mais de 16 milhões de consumidores adultos em todo o mundo e aproximadamente 250 mil a nível nacional. (...) Localizada em Sintra, a Tabaqueira emprega mais de 900



peças e, em 2019, exportou mais de 80% da sua produção para 17 países (aproximadamente 600 milhões de euros). "Com base nos dados apurados pela Tabaqueira, com um aumento de cerca de 13% nas exportações em 2020, assumimos com orgulho o nosso contributo para a economia e emprego nacionais.

<https://www.dinheirovivo.pt/empresas/marcelo-nico-o-argentino-que-vai-liderar-a-tabaqueira-13250401.html>

 O Jornal Económico

10. **Preços na produção industrial deslizam sete pontos percentuais em dezembro.** Em dezembro, taxa de variação homóloga do índice de preços na produção industrial situou-se em -4,0%. Trata-se de menos 7 pontos percentuais quando comparado com novembro (-4,7%) [INE]. (...) Para o conjunto do ano 2020, a variação média do índice fixou-se em -4,2%, com uma variação nula no ano de 2019, tendo os índices para o mercado interno e externo registado diminuições de 3,4% e 5,4% respetivamente (-0,3% e 0,6% no ano anterior pela mesma ordem).

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/precos-na-producao-industrial-deslizam-sete-pontos-percentuais-em-dezembro-689728>



11. **Obrigação de enviar listas à inspeção pressionam empresas a fazer teletrabalho.** Empresas de serviços com mais de 250 empregados têm 48 horas para enviar à inspeção do Trabalho a lista das pessoas que não têm funções compatíveis com teletrabalho. Concertação Social tem reunião hoje. (...) **O que muda no teletrabalho no actual estado de emergência?** É obrigatória a adopção do teletrabalho, sempre que a actividade seja compatível e o trabalhador tenha condições para o exercer, sem necessidade de acordo do empregador ou do trabalhador. As novas regras estão previstas no Decreto 3-A/2021 e no Decreto-Lei 6-A/2021, que agravou as coimas por

**CERTIFICADOS
DE ORIGEM**

JÁ DISPONÍVEL OPÇÃO DE PEDIDO ONLINE

• [Aceda aqui ao formulário](#)



As empresas associadas beneficiam de desconto que pode ir até 60%

incumprimento. (...) **O que é que a empresa deve fazer para minimizar os riscos de contágio quando o teletrabalho não é possível?** As empresas devem garantir que os locais de trabalho têm condições de higiene e segurança, assegurando o distanciamento entre os trabalhadores (reorganizando os espaços, se for preciso) ou prevenindo a higienização e a desinfecção das superfícies. Independentemente do número de trabalhadores, o empregador tem de desfazer as horas de entrada e saída entre 30 minutos e uma hora nos locais de trabalho. Se o distanciamento não for possível por causa da natureza da actividade laboral, cabe às empresas disponibilizar o “equipamento de protecção individual adequado”. (págs. 27 e 28)



12. UTAO. Défice ajustado foi de 9136 milhões de euros até novembro. Desde março até novembro, a pandemia já teve um impacto direto na ordem dos 4,3 mil milhões nas contas do Estado. O relatório da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) que analisa a execução orçamental até novembro, agrava os números divulgados pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) em dezembro – que davam conta de um défice de 8691 milhões de euros – apontando agora 9136 milhões de euros até novembro. (...) Segundo a unidade técnica que dá apoio aos deputados da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) do Parlamento, o impacto direto das medidas associadas à pandemia de covid-19 “ascendeu a -1575 milhões de euros na receita efetiva e a um acréscimo de 2663 milhões de euros na despesa efetiva.

https://ionline.sapo.pt/artigo/721585/utao-defice-ajustado-foi-de-9136-milhoes-de-euros-ate-novembro?seccao=Dinheiro_i

